

VITÓRIA DA CONQUISTA/BA E O PROCESSO DE CONVERSÃO DA TERRA RURAL EM URBANA

Wanderson Oliveira Santos¹
Graduando em Geografia/UESB
E-mail: wanderson18@gmail.com

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo analisar as transformações que vêm ocorrendo na cidade de Vitória da Conquista/BA, tomando como ponto de partida a discussão sobre os novos loteamentos surgidos a partir do ano de 2005. Esses novos loteamentos mostram como os agentes imobiliários e os proprietários fundiários atuam na cidade, em prol da reprodução e acumulação do capital, limitando o acesso dessas terras a uma minoria da população; ou seja, quem pode pagar por elas. Portanto, a terra é tida mera e exclusivamente como mercadoria. É por meio dessa relação entre a cidade e o campo, sob a égide do capitalismo, que se entende o processo de expansão urbana. Muitas vezes, isso acontece sem controle, no qual terras rurais são transformadas em urbanas, propiciando sua valorização e atraindo novos investimentos privados e públicos.

Palavras-chave: Loteamentos, expansão urbana, especulação.

Introdução

Entender o processo de produção do espaço não é tão simples quanto parece, pois o espaço geográfico é mutável e está em constante processo de transformação. Partindo desse pressuposto, considera-se que as cidades de hoje não são as mesmas de ontem ou de anos atrás, pois essas, constantemente, são engendradas num ritmo de metamorfoses, desconstruídas e reconstruídas, variando apenas o grau e intensidade com que isso acontece. Por isso, o espaço urbano, segundo vários autores, constitui-se um processo.

Partindo das idéias supracitadas, será analisada neste artigo a realidade da cidade de Vitória da Conquista/BA, tomando como base os novos loteamentos surgidos a partir de meados dos anos de 2005. Sabe-se que esses novos loteamentos, na verdade, eram terras rurais, mais especificamente chácaras, que, por meio do processo de mercantilização das mesmas, foram transformadas em terras urbanas.

¹ Membro do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de cidades médias e pequenas da Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Janio Santos.

Para a elaboração deste trabalho foram feitas pesquisas de campo, juntamente com a construção de um referencial teórico-metodológico, no intuito de contribuir para o entendimento de como se dá o processo de expansão urbana e suas peculiaridades.

O presente artigo abordará, inicialmente, o processo de urbanização desde a sua gênese aos dias atuais. Com base nisso, pretende-se analisar os reflexos da urbanização no espaço urbano de Vitória da Conquista, discutir a questão dos novos loteamentos surgidos, assim como o processo de mercantilização dessas terras, que outrora eram rurais e que hoje são urbanas, e passam por processos de valorização e especulação.

O processo de urbanização

Discutir o processo de urbanização no mundo contemporâneo requer atenção e cuidado ante aos desdobramentos que se subscrevem nas cidades de hoje. Falar do fato urbano se torna uma tarefa árdua e complexa, diante dos processos de reestruturação pelo qual as cidades, principalmente as metrópoles e cidades médias, vem passando.

Segundo Sposito (2004), em se tratando do conceito de urbanização, deve-se ter o cuidado ao analisar o espaço urbano, pois corre-se o risco de cair no simplismo no qual profissionais como engenheiros, arquitetos, urbanistas, e inclusive geógrafos, associam este termo, vinculando a urbanização apenas as formas, deixando de lado o conteúdo que configura o espaço urbano.

Ainda segundo a referida autora, é preciso pensar o espaço urbano através de duas linhas que se interligam, num movimento sincrônico de espaço-tempo. Sendo assim, para ela:

[...] a urbanização é um processo e, como tal, deve ser lida como movimento espaço-temporal. [...] não há possibilidade de apreensão da urbanização, como processo complexo que se constitui, sem se analisarem as múltiplas conexões possíveis entre o tempo e o espaço, não apenas considerando-se a sucessão e a sincronia, mas também o descompasso e a arritmia que marcam o movimento que, no real, articula essas duas dimensões da existência. (SPOSITO, 2004, p. 34)

Por ser um processo complexo, é importante fazer uma pequena retrospectiva, com o intuito de entender esse espaço urbano que se constitui com base na existência da divisão social, técnica e territorial do trabalho. Entende-se que apenas aglomerações de pessoas não são fatores suficientes para formar o espaço urbano, pois existem relações mais complexas que configuram e estruturam esse. Assim como, segundo Sposito

(2004), “não é possível compreender as cidades fora das suas relações com a urbanização” e vice-versa. Ou seja, a urbanização é tida como processo e as cidades como materialização desse processo, através das relações sociais. Por assim ser:

[...] o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações. (SPOSITO, 1996, p. 11)

Nesse sentido, as cidades não surgiram do nada. As primeiras sementes para o surgimento das cidades foram plantadas no período paleolítico, período esse, segundo Sposito (1996), marcado ainda pela não fixação do homem, pelo nomadismo. No período mesolítico, surgiram as primeiras condições reais para que as cidades pudessem existir, onde se iniciara os domínios da agricultura e domesticação dos animais pelo homem. Mas, foi no período neolítico que surgiram as primeiras condições melhores de vida, com maior grau de fecundidade e nutrição, marcando o início da vida em aldeias e, posteriormente, dando suporte para o surgimento das cidades, embora ainda não houvesse de fato uma organização social embutida neste processo.

Contudo, a divisão social do trabalho só foi possível, pelo menos em parte, com o desenvolvimento da agricultura e criação de animais. A partir desse contexto, o trabalho foi se diferenciando, e criou subterfúgios para a exploração. Segundo Sposito (1996), a partir de então se originou a sociedade de classes, fator de grande importância para os desdobramentos que se seguiram durante a Antiguidade, no que tange a urbanização, e última condição para a origem da cidade. No entanto, segundo a autora, há controvérsias quanto a este tema.

Portanto, com base na autora, na Antiguidade, as cidades tinham um caráter organizacional político, social e econômico. Ou seja, nesse período, como por exemplo, na Babilônia, possuíam certa complexidade, dotadas de canais para escoação da produção (ainda que primária), matéria-prima e entre outros, para locais mais distantes. Então, tais transformações de cunho político, social e econômico fizeram com que o processo de urbanização se acelerasse, abrangendo novas regiões.

Com a queda do Império Romano, o processo de urbanização perdeu forças, algumas cidades deixaram simplesmente de existir e outras diminuíram de tamanho. Sendo assim, o campo se tornou o lócus da produção. Ou seja, houve um processo de

ruptura na urbanização juntamente com o modo de produção, que passara a ser quase que exclusivamente agrícola. Por ser assim, a posse da terra no período feudal passou a ser sinônimo de riqueza e o papel econômico se centrava, sobretudo, no latifúndio e na servidão, que constituíram os pilares da economia feudal, como salienta Sposito (1996).

Aos poucos, no fim da Idade Média, novos fluxos comerciais foram estabelecidos e as cidades, paulatinamente, foram renascendo, ganhando forças. Uma reconstruídas e outras construídas, dando origem ao novo modo de produção: modo de produção capitalista comercial, pautado no processo de produção manufatureiro. Nesse modo de produção, como argumentado pela autora, aprofundou-se a divisão do trabalho que incide substancialmente na relação do processo de urbanização.

Segundo Sposito (1996), “A cidade assumiu, com o capitalismo, uma capacidade de produção que a diferenciava totalmente do processo de urbanização ocorrido na Antiguidade”, destacando também a sua funcionalização mercantil e a extensão urbana, devido à busca de novos espaços para reprodução do capital comercial.

Sendo assim, para a autora, as cidades passaram a ser o lócus da produção, diferentemente do que tinha ocorrido no período feudal. As novas dinâmicas resultaram num marco histórico, o que transformou radicalmente o mundo contemporâneo, esse marco é chamado de industrialização, fator esse que deu uma nova roupagem social, econômica e política. Tal acontecimento transformou as relações até então existentes, dando um novo caráter as cidades contemporâneas, o que marcou e impulsionou de vez o processo de urbanização.

Por assim ser, as cidades passaram a ser a base territorial da produção, e eram também nas cidades que se encontravam capital e força de trabalho que desse sustento ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, entende-se a cidade como o lócus da produção e o próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, a partir do advento da maquinofatura e consequente aumento da produção.

Foi nessa perspectiva que a industrialização marcou profundamente o processo de urbanização, de sorte que impulsionou a imigração (campo-cidade) e caracterizou o crescimento populacional urbano de forma acelerada, intensificado a partir da produção industrial. Contudo, esse processo não foi homogêneo, mas, acarretou em mudanças estruturais internas nas cidades e redesenhou o seu papel, o que provoca um impacto sobre o urbano.

Campo e cidade: espaços interligados

A relação entre cidade-campo sob o modo de produção capitalista assume, no mundo contemporâneo, uma postura totalmente diferente de outrora. Esses espaços passaram por transformações profundas no que tange suas relações e seus conteúdos, principalmente após a industrialização.

Em consonância com Souza (2010), antes de qualquer coisa, é preciso salientar suas diferenças, superar a antiga contradição cidade-campo no sentido dicotômico de relações. Cabe entender suas diferenças quanto ao conteúdo e relações sociais que ambos exercem e compreendê-los enquanto pares complementares no sistema capitalista.

De acordo com as ideias de Carlos (2007), cidade-campo são formas concretas inscritas no espaço, ou seja, produto das relações sociais, trabalho materializado, o que se pode observar na realidade, nas formas do espaço. Quanto ao urbano-rural, esses são os processos, o abstrato, ou seja, o conteúdo.

A análise do processo de urbanização, ainda de acordo com as ideias da autora supracitada, deve superar os indicadores no que diz respeito à medição do aumento da taxa anual de crescimento da população urbana. Os números por si não dão conta de explicar os fenômenos surgidos no espaço, eles são vazios, sem conteúdos. Não conseguem abarcar as relações internas que dão sustento a este processo de urbanização, tampouco delimitar o que é urbano e o que é rural.

No modo de produção capitalista, campo e cidade, apesar de ser trabalho materializado (produto das relações sociais) e de se diferenciarem quanto ao conteúdo, são interligados e mantêm relações entre si, pontos essenciais para entender o mundo urbano moderno, a fim de se superar a antiga dicotomia campo-cidade. Sobre isso Carlos aponta:

A cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que lhes une. (CARLOS, 2004, p. 03)

A autora aponta que no processo de reprodução hodierno o urbano não se restringe apenas a cidade e a terra é tida como mercadoria. Resultado dos novos desdobramentos ou articulações que esses espaços vêm sofrendo, o que aprofunda as relações sociais através da reestruturação produtiva do capital e acentua a produção de espaços segregados.

Como mencionado anteriormente, após a industrialização esses espaços – campo e cidade - passaram por profundas mudanças. A terra foi transformada em mercadoria, restringiu-se a apropriação das mesmas, tanto no campo quanto na cidade, e limitou-se o acesso apenas para quem pode pagar por elas. Isso pode ser verificado desde a instauração da Lei de Terras em 1850, como mencionado por Germani:

[...] a Lei de Terras tem uma importância crucial na história brasileira na medida em que, através dela, se instituiu, juridicamente, uma nova forma de propriedade da terra: a que é medida pelo mercado. [...] aquele instrumento legal significou, na prática, a possibilidade de fechamento para uma via mais democrática de desenvolvimento capitalista, na medida em que impediu ou, pelo menos, dificultou o acesso à terra a vastos setores da população. (GERMANI, 2005, p. 14).

Esse marco da história não pode passar despercebido, pois foi nesse período que as relações, tanto na cidade quanto no campo, se complexificaram, como aponta Carlos:

[...] Não se pode ignorar que a industrialização permitiu o desenvolvimento do mundo da mercadoria, e, nesta direção, entendemos que a generalização do valor de troca invadiu a vida cotidiana, capturando o tempo cíclico da vida e submetendo-o ao tempo linear da indústria, que, além disso, proporcionou a articulação entre as mais distantes áreas do planeta, desenvolvendo redes de comunicação e de difusão da informação, gerando evidentes hierarquizações dos lugares entre dominantes e dominados. A industrialização permitiu a realização espacial da propriedade privada da terra, ao longo do processo histórico, pela generalização da mercadoria-espaco, criando um processo inexorável: a urbanização do planeta. (CARLOS, 2007, p. 107)

Portanto, esse processo de apropriação e transformação da terra em mercadoria reestruturou e reorganizou o processo produtivo, concentrando ainda mais a terra e englobando os espaços urbanos e rurais numa nova lógica, o que implica nas novas formas de urbanização.

É com base nesses pressupostos que se pode entender, como salienta Carlos (2004), como a generalização da sociedade urbana em escala internacional, no qual campo e cidade são complementares. Após a industrialização, essa relação se complexificou através da divisão social do trabalho e se estendeu tanto ao campo quanto a cidade. Sendo assim, o fator urbano não está preso necessariamente a cidade, o que dificulta delimitar os perímetros entre cidade-campo.

Nessa perspectiva, entende-se o processo de valorização da terra. O capitalismo cria a cidade produto, ou seja, “feita” para ser negociada e para dar lucro. Como exemplo disso, podemos citar a cidade do Rio de Janeiro que está inteiramente voltada para a Copa Mundial de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016, com construções e mais construções, reformas e mais reformas para atender a essa lógica. Da mesma forma acontece no campo, com os novos incrementos do turismo, que aproveitam a beleza natural para adquirir renda monopolista, bem como com a expansão do agronegócio, que expulsa o pequeno produtor rural.

De fato, é a propriedade privada que vai marcar (no campo e na cidade) e limitar as possibilidades de apropriação – contradição entre valor de uso e valor de troca. No entanto, não se pode dizer que o valor de troca superou o valor de uso, pois sem o uso a troca não acontece.

No capitalismo desigual, é na cidade que ocorre a luta dos sem teto que, segundo Carlos (2004, p. 05), “revela a contradição intrínseca ao capitalismo entre operário e capitalista para a esfera da reprodução da vida em seu sentido mais amplo”. No que diz respeito ao campo, a luta é dos sem terra que reivindica a terra vazia, ao mesmo tempo em que existem milhares de pessoas sem terra para plantar, cuidar e viver. Por isso, ainda segundo a mesma autora, “ambas as lutas revelam o processo de deterioração e desintegração da vida colocando em cheque o direito da propriedade privada e as formas de apropriação do espaço enquanto condição de realização da vida”. Por assim ser, Carlos aponta que:

Nesta direção impõe o espaço enquanto valor de troca pela generalização da propriedade privada da terra – no campo e na cidade. Os sem terra e os sem teto são a expressão mais visível deste processo. [...] E nesta direção requer na cidade a moradia como condição primeira para realização da vida e no campo a terra para plantar e morar condições de realização da vida. Neste embate se questiona no campo a improdutividade da terra na cidade a ausência de moradia. (CARLOS, 2004, p. 05)

É nesse sentido que podemos observar o aprofundamento das relações socioespaciais no Brasil, no qual acentuou a desigualdade e a segregação espacial e implicou diretamente na urbanização, que já no final do século XX se estendeu por todo o território nacional, indo além das cidades a outro patamar, como menciona Monte-Mór:

É nesse sentido amplo que se pode falar de uma urbanização extensiva que se impõe no espaço brasileiro para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbanoindustrial mediante a expansão da base material requerida pela sociedade e pela economia contemporâneas e as relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço. Neste contexto, multiplicam-se as fronteiras (urbanas), tanto internamente e nas franjas das aglomerações quanto nos espaços regionais e rurais incorporados à lógica urbano-industrial dominante. (MONTE-MÓR, 1994, p. 18)

Entende-se dessa forma que a transformação da terra rural em urbana na cidade de Vitória da Conquista é resultante do processo de generalização do urbano sobre o campo, em que estende-se a lógica da terra vista enquanto mercadoria.

Vitória da Conquista: produção desigual da terra urbana sob a égide do capitalismo

Embora não seja o objetivo desse artigo discutir a classificação de cidades, tomamos Vitória da Conquista enquanto uma cidade média. Sabe-se que não há consenso sobre uma definição concreta do que realmente seria uma cidade pequena, média, grande etc., nem esse é nosso objetivo. Segundo Henrique (2010, p. 46 apud SPOSITO 2006 b), que se baseia no IBGE, são chamadas cidades de porte médio aquelas que compreendem entre 50 a 500 mil habitantes. No entanto, não se pode defini-las como média levando em consideração apenas aspectos demográficos. Devem-se levar em consideração os processos e formas que compõem essas cidades, além de suas especificidades e o que as definem, para não correr o risco de perder o foco da problemática.

Nas três últimas décadas, houve um crescimento significativo das pequenas e médias cidades e essas desempenham um papel importante na rede urbana. Mais especificamente, as cidades médias possuem a função de articular os centros do capital e de comando (nesse caso as metrópoles), tanto na escala regional, nacional e global, com

as cidades pequenas. No entanto, as pequenas possuem certa complexidade por ter uma integração maior com o campo e com os pequenos aglomerados e vilas. (J. SANTOS, 2010, p. 59)

Assim, poderíamos definir Vitória da Conquista como centro intermediário, por ter a capacidade de atender a demanda de bens e serviços das cidades circunvizinhas. Entretanto, apesar da desconcentração industrial e de serviços para as cidades médias, como aponta Henrique (2010), com base nos incentivos tributários cedidos pelo Estado, “a gestão do empreendimento continua localizada nas grandes metrópoles”.

Atualmente, a cidade de Vitória da Conquista tem exercido o papel de pólo educacional, visto que atrai estudantes de várias cidades circunvizinhas que estão em busca de qualificação, como cursos superiores, técnicos etc. Nota-se que, nos últimos anos, tem aumentado o número de instituições de cursos superiores, principalmente das que oferecem cursos à distância (EAD). Contudo, o crescimento da cidade, atrelada ao consumo de bens e serviços, se explica devido ao avanço e amadurecimento das relações capitalistas no Brasil e na Bahia, como salienta J. Santos (2010).

Com a expansão da cidade, hodiernamente, percebe-se o surgimento de novas expressões da centralidade urbana. No entanto, apesar do centro perder força, as novas áreas centrais ainda são subordinadas ao Centro da cidade, pois é ainda nesse que se concentra a maior oferta de serviços, empregos, entre outros elementos. Por outro lado, as novas áreas centrais trazem consigo aparatos hodiernos, como equipamentos urbanos, infra-estrutura etc., o que contribui no acirramento da competitividade entre as áreas centrais e no seu próprio interior.

Com o surgimento das novas expressões da centralidade, os espaços são refuncionalizados e altera-se a dinâmica das cidades. Em Vitória da Conquista, por exemplo, notam-se essas alterações com a chegada de novos equipamentos urbanos nas novas áreas centrais, *shopping centers*, espaços para lazer (ainda que voltados para elite) e serviços. Por outro ângulo, deslocamento de serviços públicos para outras áreas da cidade, assim como a instalação de novos empreendimentos público/privado em áreas mais distantes da população carente.

Por isso, atualmente, é notório como está ocorrendo, num ritmo cada vez mais veloz, a expansão da cidade de Vitória da Conquista. Entretanto, o nosso olhar não deve ser simplista a determinado acontecimento, pois os motivos que fizeram com que esse processo ocorresse possuem uma dimensão bem mais complexa. A privatização das terras e sua transformação em lotes, visando à construção de grandes empreendimentos,

como condomínios, por exemplo, são alguns dos motivos pelo qual tais terras passaram de rurais a urbanas, algumas das quais ficaram como reserva de valor. Tais acontecimentos não passam de estratégias capitalistas que visam a especulação fundiária e imobiliária, e favorecem a pequenos grupos, como os agentes fundiários e imobiliários, com a aquiescência do Estado, que limita tais espaços apenas para quem pode pagar por eles. Para Oliveira:

No capitalismo, portanto, o acesso aos recursos existentes na natureza passam por relações mercantis, visto que sua apropriação pelo capital implica a eliminação de sua “gratuidade natural”. Portanto, a incorporação da natureza e do próprio homem ao circuito produtivo é a base para que o capital se expanda. (OLIVEIRA, 2002, p. 07)

Nesse sentido, a terra no sistema capitalista de produção é tida como mercadoria, e está restrita apenas para quem pode pagar. A terra não é mais vista como espaço-palco para a vida, para a reprodução da existência humana, agora ela é negociada como produto, e um produto rentável. Nessa perspectiva, Seabra (2000, p. 74) menciona que “Produzir materialmente a cidade foi e tem sido um grande negócio”, resultando em outras formas de uso do espaço.

Portanto, nota-se que é por meio dessa relação entre a cidade e o campo, sob a égide do capitalismo, que se entende o processo de expansão urbana. Muitas vezes, isso acontece sem um controle, no qual terras rurais são transformadas em terras urbanas, propiciando sua valorização e atraindo novos investimentos, tanto pelo setor privado quanto pelo setor público. Mas que, entretanto, não resolve o problema da falta de moradia e da segregação urbana, pelo contrário, elas só se acentuam.

Com base nos argumentos anteriormente citados, percebe-se a maciça valorização dessas áreas, o que privilegia poucos. Nesse caso, as elites locais, o que reproduz a própria lógica do capital e reafirma as diferenças entre as classes.

Tais ações marcam o setor imobiliário das cidades médias na Bahia, como aponta J. Santos (2010), com o aumento da verticalização em áreas elitizadas, valorização do solo urbano, crescimento de condomínios, conjuntos residenciais, o que reforça a reprodução do capital imobiliário.

Em conjunto, expande-se a ação dos loteadores, (re)afirmando a mercantilização das terras urbanas que, segundo J. Santos (2010, p. 64-65), se sustentam pela lógica da escassez de terras. Nesse intuito, cresce a ação dos especuladores e incorporadores imobiliários nas áreas urbanas e também no campo, uma vez que parcelas dessas terras

rurais são transformadas em terras urbanas na qual são loteadas, o que acarreta no crescimento do tecido urbano.

Mais especificadamente na cidade em estudo, percebe-se como este processo de loteamento de terras, outrora rurais, estão sendo transformadas, num tempo veloz, em terras urbanas. Nos últimos cinco anos, esse fato tem se intensificado e podem-se perceber bairros já consolidados que fizeram parte dessa lógica, como, por exemplo, os loteamentos Morada dos Pássaros I, II e III, o Vila América, a URBIS VI e o Morada Real, assim como outros que ainda estão “apenas no papel”, mas em vias de desenvolvimento. Nesse caso, em áreas de acesso, como a continuidade entre a Avenida Olívia Flores e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Há nesses loteamentos muitas residências oriundas de projetos populares, como o “Minha casa minha vida”, do Governo Federal. Como também de projetos da construção civil particular, como é o caso da VOG, cujas residências são financiadas pela Caixa Econômica Federal em parcelas prolongadas e algumas de altos valores, cujo assalariado não tem as mínimas condições de arcar com o valor das parcelas.

Nessa perspectiva, no momento em que cresce o contingente populacional desses loteamentos, surgem novas demandas básicas como água encanada, rede elétrica, rede de esgoto, transporte público etc., consolidando esses loteamentos como bairros, integrando-os de vez ao tecido da cidade.

Nesse sentido, devido ao alto valor da terra, outrora rural e agora integrada ao tecido urbano, o consumo desses novos espaços ocorre de forma diferenciada, visto que a apropriação é particular e só tem acesso a terra quem tem condições financeiras de pagar por elas, pois os terrenos chegam a custar valores altíssimos. No entanto, sabe-se que o alto preço limita o acesso a moradia, o que restringe esses espaços a uma minoria da população que pode arcar com os altos valores.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, fica evidente como é complexo falar do urbano ante aos desdobramentos hodiernos. Falar do urbano não significa exclusivamente falar do que ocorre nas cidades, como se fosse essas que os definisse. As cidades, tanto no Brasil como na Bahia, seja uma metrópole, cidade média ou pequena, estão passando pelo processo de transformação profunda, devido ao estágio das relações capitalistas, ou seja, das relações de produção sob o capitalismo, que não é um movimento recente.

Nesse sentido, uma das formas de reprodução do capitalismo é a transformação da terra rural em urbana, que, concomitantemente a outros fatores, acarreta no crescimento do tecido urbano e na massiva valorização fundiária. Assim, tanto a cidade quanto o campo são complementares na dinâmica e só podem ser explicados se compreendidos como pares indissociáveis.

A transformação da terra rural em urbana na cidade de Vitória da Conquista tem se intensificado nos últimos cinco anos. Porém, o acesso a essas terras está restrito apenas a quem pode pagar por elas, o que reafirma a mercantilização das mesmas, no qual a terra, sob égide do capitalismo; a cidade a casa deixam de ser vistas apenas como lugares de reprodução da vida, e passam a serem vistas também como mercadorias, que estão centradas na contradição entre o valor de uso e o valor de troca.

Sendo assim, nota-se o surgimento de novos loteamentos e o consequente “desenvolvimento” do setor imobiliário, que visa à construção de empreendimentos como prédios (residenciais e comerciais), condomínios fechados etc., propicia a valorização e especulação em determinadas áreas da cidade e, concomitantemente, acentua as desigualdades e a segregação espacial.

É válido ressaltar que este artigo reflete o início de uma pesquisa, em que o mesmo está em processo de amadurecimento. Por assim ser, nem todas as repostas foram encontradas para explicar essa dinâmica.

Referências bibliográficas

CARLOS, A. F. A.. A questão da cidade e do campo. Teorias e políticas. In: **Mercator**, Fortaleza-CE, v. 5, p. 8-13, 2004.

CARLOS, A. F. A.. **O espaço urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123 p.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. In: **GeoTextos**: revista da Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. V. 1, N. 1 (2005) Salvador: Programa de Pós-Graduação em geografia, 2005, p. 115-147

HENRIQUE. Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: HENRIQUE, W.; FERIN, D. **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010, p. 45-58

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. In: **Revista electrónica de Geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Vol. VI, núm. 119 (18), 1 de agosto de 2002.

MONTE-MÓR. R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento** / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – n. 82-, 1994-. – Curitiba: IPARDES. (p. 09-18)

SANTOS, J. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.) **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p. 59-76.

SEABRA, O. C. L.. Urbanização e Fragmentação: a natureza natural do mundo. In: **Geografares**. Revista do Departamento de Geografia Ufes, Vitória - ES, v. 1, n. 1, p. 73-78, 2000

SOUZA, S. T.. Relação campo-cidade: em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.) **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p. 195-207.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. – 7ª Ed. – São Paulo: Contexto, 1996.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**, 2004. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.